



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 370,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

SUMÁRIO

Ministério do Interior

Decreto Executivo n.º 146/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Telecomunicações e Tecnologias de Informação das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 147/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Comunicação Institucional e Imprensa das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 148/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Estudos, Informação e Análise das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 149/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Segurança Institucional das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 150/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Infra-Estruturas e Equipamentos das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 151/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Logística das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 152/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Planeamento e Finanças das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 153/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Administração e Serviços das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 154/19:

Aprova o Regulamento Orgânico da Inspeção Provincial das Delegações Provinciais deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 155/19:

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete Jurídico das Delegações Provinciais deste Ministério.

Ministério da Agricultura e Florestas

Decreto Executivo n.º 156/19:

Estabelece as quotas para o licenciamento da exploração da madeira em toro, lenha e carvão vegetal para a Campanha Florestal 2019, por província. — Revoga o Decreto Executivo n.º 277/18, de 7 de Agosto.

Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

Decreto Executivo n.º 157/19:

Aprova a Declaração de Descoberta Marginal dos Jazigos Pala, Ástrea e Juno do Bloco 31 e a atribuição dos incentivos fiscais.

Decreto Executivo n.º 158/19:

Autoriza a cessão de 4% do interesse participativo que a SSI detém no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18 a favor da Sonangol - E.P., que irá transferir para sua afiliada Sonangol Pesquisa e Produção.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Decreto Executivo n.º 146/19
de 3 de Julho

O Regulamento Orgânico das Delegações Provinciais do Ministério do Interior prevê os órgãos que o integram e a necessidade de existirem os respectivos Regulamentos Internos, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo dotar a Direcção Provincial de Telecomunicações e Tecnologias de Informação de um instrumento jurídico que estabelece a respectiva estrutura, organização e o funcionamento;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo n.º 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, determino:

Decreto Executivo n.º 153/19
de 3 de Julho

O Regulamento Orgânico das Delegações Provinciais do Ministério do Interior prevê os órgãos que o integram e a necessidade de existirem os respectivos Regulamentos Internos, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo dotar a Direcção Provincial de Administração e Serviços de um instrumento jurídico que estabelece a respectiva estrutura, organização e o funcionamento;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo n.º 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção Provincial de Administração e Serviços das Delegações Provinciais do Ministério do Interior.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Junho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

REGULAMENTO ORGÂNICO
DA DIRECÇÃO PROVINCIAL
DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece o regime jurídico da estrutura, da organização e do funcionamento da Direcção Provincial de Administração e Serviços das Delegações Provinciais do Ministério do Interior.

ARTIGO 2.º
(Definição)

A Direcção Provincial de Administração e Serviços, abreviadamente designada por (DPAS), é o órgão de apoio técnico ao qual incumbe prestar apoio técnico aos distintos órgãos e serviços das Delegações Provinciais do MININT.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

1. A DPAS tem as seguintes atribuições:

- a) Proceder à recepção, triagem, expedição e tratamento de toda a documentação da Delegação Provincial do MININT;
- b) Realizar a gestão e propor a manutenção das infra-estruturas da Delegação Provincial do MININT;
- c) Garantir o relacionamento da Delegação Provincial do MININT com os demais organismos;
- d) Realizar actividades relativas ao protocolo e relações públicas dos órgãos e serviços da Delegação Provincial do MININT;
- e) Definir os critérios e as normas de utilização das viaturas protocolares e velar pelo seu cumprimento;
- f) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II
Organização em Geral

ARTIGO 4.º
(Estrutura orgânica)

A DPAS tem a seguinte estrutura orgânica:

1. Órgão de Direcção:
Director Provincial.
2. Órgão de Apoio Consultivo:
Conselho Consultivo.
3. Serviço de Apoio Técnico:
Secretaria Geral.
4. Serviços Executivos:
 - a) Departamento de Serviços Gerais;
 - b) Departamento de Protocolo e Relações Públicas.
5. Serviço Local:
Secções Municipais de Administração e Serviços.

CAPÍTULO III
Organização em Especial

SECÇÃO I
Órgão de Direcção

ARTIGO 5.º
(Director Provincial)

A DPAS é dirigida por um Director a quem compete:

- a) Dirigir, coordenar e fiscalizar as actividades da Direcção;
- b) Zelar pela manutenção da ordem, da hierarquia e disciplina no órgão;
- c) Orientar a elaboração de planos da especialidade, relatórios, informes e directivas de trabalho;
- d) Velar pelo cumprimento integral das normas estabelecidas sobre Segredo de Estado;
- e) Propor ao Delegado Provincial a nomeação, exoneração e movimentação dos responsáveis e técnicos;
- f) Garantir a manutenção da imagem do edifício sede da Delegação Provincial no que concerne à higiene e limpeza, bem como a manutenção dos equipamentos neles instalados;

- g) Manter o controlo das residências de trânsito, bem como de outras sob dependência da Delegação Provincial;
- h) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

SECÇÃO II
Órgão de Apoio Consultivo

ARTIGO 6.º
(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o órgão de apoio ao qual compete emitir pareceres e apresentar propostas para o melhoramento e o desenvolvimento dos serviços, nomeadamente, no que respeita à sua gestão, à orientação, à coordenação e ao controlo, bem como pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos que o Director submeta à sua consideração.

2. Integram o Conselho Consultivo os Chefes de Departamento da Direcção e dos órgãos dependentes, podendo nela participar outros funcionários, desde que sejam convidados para o efeito.

3. O Conselho Consultivo é objecto de regulamento próprio, aprovado pelo Delegado Provincial, adaptado ao regulamento congénere da Delegação Provincial.

SECÇÃO III
Serviço de Apoio Técnico

ARTIGO 7.º
(Secretaria Geral)

1. A Secretaria Geral tem as seguintes atribuições:

- a) Proceder à recepção, ao registo, distribuição, expedição de toda a documentação da Delegação;
- b) Organizar e actualizar o arquivo da Delegação;
- c) Fiscalizar toda actividade administrativa do órgão;
- d) Zelar pela gestão de recursos financeiros e patrimoniais consignados ao Órgão;
- e) Elaborar a efectividade do órgão;
- f) Elaborar os planos e relatórios de actividades do órgão;
- g) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secretaria Geral é chefiada por um Chefe de Departamento.

SECÇÃO IV
Serviços Executivos

ARTIGO 8.º
(Departamento de Serviços Gerais)

1. O Departamento de Serviços Gerais tem as seguintes atribuições:

- a) Administrar o edifício sede da Delegação Provincial do MININT e suas dependências;
- b) Zelar pela manutenção e conservação das instalações e equipamentos;
- c) Velar pela manutenção do saneamento básico do edifício;

- d) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Serviços Gerais é chefiado por um Chefe de Departamento.

ARTIGO 9.º
(Departamento de Protocolo e Relações Públicas)

1. O Departamento de Protocolo e Relações Públicas tem as seguintes atribuições:

- a) Garantir os serviços de recepção, deslocação e estadia das delegações oficiais;
- b) Solicitar e coordenar com a Direcção Provincial do Protocolo de Estado no Aeroporto provincial, a utilização da sala protocolar para as delegações estrangeiras e nacionais, à luz do regulamento em vigor;
- c) Preparar as deslocações oficiais do Delegado, em estreita colaboração com as demais Direcções da Delegação;
- d) Executar os actos relativos às cerimónias de protocolo e relações públicas;
- e) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Protocolo e Relações Públicas é dirigido por um Chefe de Departamento.

SECÇÃO V
Serviço Local

ARTIGO 10.º
(Secções Municipais de Administração e Serviços)

1. Nas Delegações Municipais do Ministério do Interior funcionam Secções Municipais de Administração e Serviços, às quais compete executar as orientações sobre a gestão de administração e serviços emanadas da Direcção Provincial de Administração e Serviços.

2. A Secção Municipal de Administração e Serviços é chefiada por um Chefe de Secção.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 11.º
(Regime disciplinar)

1. O pessoal de regime especial de carreiras em comissão de serviço na Direcção Provincial de Administração e Serviços está sujeito à legislação aplicável.

2. O pessoal do regime geral de carreiras está sujeito à disciplina e legislação em vigor na função pública.

ARTIGO 12.º
(Quadro de pessoal e organigrama)

1. O quadro de pessoal e organigrama são os constantes dos Anexos I e II ao presente Regulamento, do qual são partes integrantes.

2. O provimento nas vagas existentes, obedece aos critérios previstos em legislação aplicável.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

ANEXO I

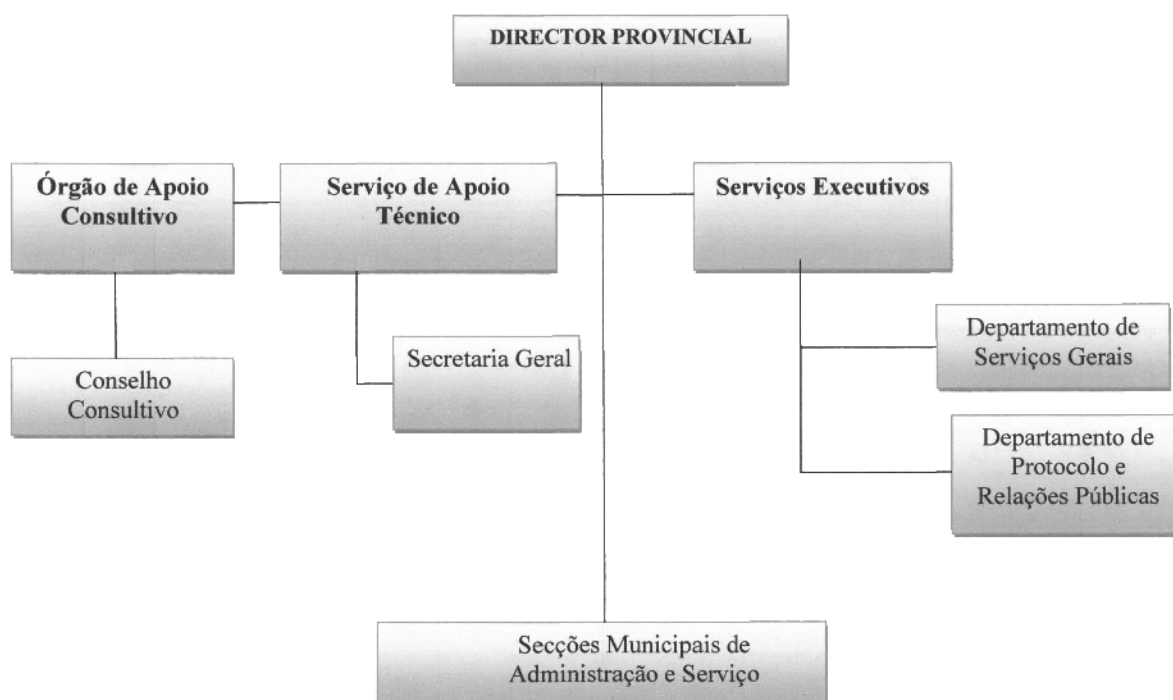
A que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento Orgânico

DPAS

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade Profissional	N.º de Lugares
Direcção		Director Provincial		1
Chefia		Chefe de Departamento		3
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal Primeiro Assessor Assessor Téc. Sup. Principal Téc. Sup. 1.º Classe Téc. Sup. 2.º Classe		1 1
Técnico Médio	Técnica Média	Téc. Espec. Principal Téc. Espec. 1.º Classe Téc. Espec. 2.º Classe Téc. 1.º Classe Téc. 2.º Classe Téc. 3.º Classe		1 1 1 1 2 3
Administrativo	Administrativa	Téc. Méd.Prin. 1.º Classe Téc. Méd. Prin. 2.º Classe Téc. Méd.Prin. 3.º Classe Téc. Méd. 1.º Classe Téc. Méd. 2.º Classe Téc. Méd. 3.º Classe		1 1 1 1 1 2
	Oficial Administrativo	Ofic. Adm. Principal Primeiro Oficial Segundo Oficial Terceiro Oficial Aspirante Escriturária-Dactilógrafa Mot. de Pesados Principal		1 1 1 1 1 1 2
Auxiliar	Auxiliar Administrat.	Auxiliar Adm. Principal Auxiliar Adm. 1.º Classe Auxiliar Adm. 2.º Classe		1 2 4
Total				37

ANEXO II

Organograma a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento Orgânico

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Decreto Executivo n.º 154/19
de 3 de Julho

O Regulamento Orgânico das Delegações Provinciais do Ministério do Interior prevê os órgãos que o integram e a necessidade de existirem os respectivos Regulamentos Internos, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo dotar a Inspecção Provincial das Delegações Provinciais do Ministério do Interior de um instrumento jurídico que estabelece a respectiva estrutura, organização e o funcionamento;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Inspecção Provincial das Delegações Provinciais do Ministério do Interior.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Junho de 2019.

O Ministro, *Ángelo de Barros Veiga Távares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO
DA INSPECÇÃO PROVINCIAL
DAS DELEGAÇÕES PROVINCIAIS
DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece o regime jurídico da estrutura, da organização e do funcionamento da Inspecção Provincial das Delegações Provinciais do Ministério do Interior.

ARTIGO 2.º
(Natureza)

A Inspecção Provincial, abreviadamente designada por (IP), é o órgão de apoio técnico ao qual incumbe fiscalizar e controlar as actividades dos serviços da Delegação, realizar inspecções, averiguações e sindicâncias e propor a tomada de medidas que se reputar convenientes.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

A IP tem as seguintes atribuições:

- a) Zelar pelo cumprimento da C.R.A., das leis e dos regulamentos, pela defesa dos interesses e direitos legalmente protegidos dos cidadãos, pela salvaguarda do interesse público e a reintegração da legalidade violada;
- b) Realizar inspecções e utilizar métodos de auditoria com vista a regular a avaliação da eficiência e eficácia dos serviços integrados na orgânica da Delegação Provincial do MININT, de acordo com os respectivos planos de actividades;
- c) Apreçar as queixas, reclamações e denúncias apresentadas por violações da legalidade e, em geral, as suspeitas de irregularidade ou deficiência do funcionamento dos serviços, bem como do efectivo da Delegação do MININT;
- d) Efectuar averiguações, inquéritos, sindicâncias determinadas pelo Delegado Provincial;
- e) Propor a instrução de Processos Disciplinares e instruir aqueles que forem determinados pelo Delegado Provincial, que não sejam resultados do previsto na alínea anterior;
- f) Participar aos órgãos competentes os factos com relevância jurídico-criminal e colaborar com aqueles órgãos na obtenção de provas quando solicitado;
- g) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II
Organização em Geral

ARTIGO 4.º
(Estrutura orgânica)

A IP tem a seguinte estrutura orgânica:

1. Órgão de Direcção:
Inspector Provincial.
2. Órgão de Apoio Consultivo:
Conselho Consultivo.
3. Serviço de Apoio Técnico:
Departamento Administrativo.
4. Serviços Executivos:
 - a) Departamento de Inspecção e Fiscalização;
 - b) Departamento de Assessoria Jurídica.
5. Serviço Local:
Secções Municipais de Inspecção.

CAPÍTULO III
Organização em Especial

SECÇÃO I
Órgão de Direcção

ARTIGO 5.º
(Inspector Provincial)

A IP é dirigida por um Inspector a quem compete:

- a) Dirigir, coordenar e fiscalizar as actividades do órgão;